

Habitação não deve ser discutida só na campanha autárquica

[AICCOPN]

Política de habitação tem de preservar a Reabilitação Urbana, o turismo e o investimento privado, nacional e estrangeiro, e precisa de estratégia de médio prazo

Num momento em que, em grande parte, o debate autárquico se debruça sobre o problema da habitação, o que é positivo, Reis Campos, presidente da AICCOPN – Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas, considera que esta discussão “não se pode reduzir só a este momento, uma vez que esta é uma matéria que há muito deveria ter sido trazida para o centro do debate social e político”. Porém, afirma, “é fundamental saber separar o trigo do joio, afastando análises e conclusões redutoras, incapazes de se apresentarem como verdadeiras soluções equilibradas para as necessidades há muito identificadas”.

Recorde-se que, ainda há não muito tempo, ao percorrermos os centros urbanos da maioria das cidades portuguesas, se olhássemos para o património edificado, constataríamos o estado de degradação a que o mesmo tinha chegado. Décadas de abandono traduziram-se em edifícios arruinados e espaços públicos degradados,



realidades que nos transmitiam uma intensa sensação de insegurança e desconforto.

Muitos fatores contribuíram para o declínio dos centros das cidades. Gradualmente, foi-se assistindo à substituição de atividades tradicionais próximas da população por novas atividades, muitas vezes desconectadas da sua envolvente. Os hotéis, restaurantes, cafés e as habitações perderam importância e os centros das cidades tornaram-se absolutamente densos e intransitáveis durante o dia e em espaços desertos e desagradáveis, a partir do fim da tarde. Estas mudanças, aliadas ao congelamento das rendas, explicam em boa medida o abandono a que foram vota-

dos inúmeros edifícios. “É essencial não perder de vista esta realidade, para que não cometamos os erros do passado”, afirma o dirigente associativo.

“A política das cidades e o problema da Habitação têm de ser perspetivados de uma forma integrada e estratégica. Quando, sobretudo por força do investimento privado, nacional e estrangeiro, e da procura motivada pelo turismo, há um desenvolvimento acrescido de determinadas zonas de algumas das cidades portuguesas, quando estas voltaram a ter pessoas e movimento, é fundamental consolidar estratégias equilibradas para alargar esta dinâmica de desenvolvimento, permitindo-se, desta forma, e à semelhança do que

acontece na Europa Comunitária, a regeneração das nossas metrópoles e o reforço da coesão social e territorial”. É preocupante quando o “discurso fácil” leva à diabolização do turismo, do alojamento local, de Programas como os Vistos Gold ou de iniciativas como o Regime de Tributação de Residentes Não Habituais. A oferta de habitação não se resume à discussão, necessária, relativa a problemas como a habitação social e à estratégia de combate à pobreza e exclusão social. As cidades são das pessoas e para as pessoas. Há que criar condições para que as mesmas voltem aos centros urbanos. O investimento privado tem sido a chave e é a alavanca para o investimento público na habitação.

O acesso a instrumentos de financiamento adequados, com enfoque no segmento da Reabilitação Urbana e o arrendamento são matérias que têm de ser consideradas como fazendo parte da política global de habitação no nosso País. Aliás, os mais diversos Programas Autárquicos demonstram-no. Estas são áreas que, como poucas, encontram consenso alargado na sociedade portuguesa. De quatro em quatro anos, a habitação é o tema central de campanha na esmagadora maioria dos 308 municípios portugueses. Não podemos estar sempre a olhar para os mesmos problemas, a anunciar pequenos remédios e ignorar uma matéria que é essencial para o País”, termina Reis Campos. //